



Encarte
calendário
2016

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

Intransigência da Administração dificulta reposições do 2015/1

Com a não suspensão do calendário acadêmico durante a greve e o aval da Reitoria para o início do segundo semestre antes que as aulas fossem repostas, professores e alunos relatam terem dificuldade de retomar as atividades do primeiro semestre. Conflitos de horário, flexibilizações forçadas dos dias de aula, atrasos de até duas semanas no início das reposições e reprovações indevidas são apenas algumas das situações vivenciadas por docentes e discentes, no pós-greve. **Pág 6-7**

PRIVATIZAÇÃO

Ufam cobra mensalidade em 50% dos cursos de especialização

Página 3

PEC 139/2015

319 servidores podem ficar sem abono-permanência

Página 4

FUNDO DE PENSÃO

ADUA alerta sobre adesão automática ao Funpresp

Página 8

UFAM AMEAÇADA



PDI com visão empresarial é imposto à comunidade acadêmica

Durante a reunião do Consuni, o uso reiterado de expressões como 'clientes' e 'resultados' chamou a atenção de alguns conselheiros. **Página 5**



ENTREVISTA

Para o ANDES-SN expansão universitária deve ser planejada

Página 9

Os quatro meses de greve, a despeito de quantos por vários meios, muitos à sombra, intentaram desqualificá-la, mostraram que no interior da Universidade ainda há resistência e defesa da natureza pública da educação. Mesmo em tempos sombrios há os que caminham contra a corrente da mercantilização, que se amplia e intensifica seu poder sobre corações e mentes dos servidores de nossa Instituição. Ao longo de 2015, quando num crescendo o Estado brasileiro agride direitos, foi a greve, de

fato e de direito, quem verdadeiramente educou a sociedade. A greve foi antes de tudo mediação educativa, porque trouxe à arena pública as contradições do Estado burguês. É possível existir pátria educadora quando o Estado funciona na forma de um comitê a cuidar dos interesses da burguesia financeira? A greve foi parte da luta, da resistência. A greve nunca será o caminho fácil. Nossa greve mostrou isso. Fácil é o caminho da omissão, inclusive dos que recorrem ao inconformismo teórico para justificar práticas demissi-

vas. Termina a greve, mas a luta segue. E mais lutas virão, porque se alargam as zonas de sombra.

Retirada do abono-permanência, extinção gradual da Dedicção Exclusiva, desobrigação de financiamento da Educação Pública são, entre outras, estratégias de governo objetivando a privatização do ensino superior público.

Esta edição, a última de 2015, inicia uma nova fase do Jornal da ADUA, em sua nova roupagem, que esperamos marque também o começo de um novo momento para a nossa Ufam.

Notas

Descrédito

A suspeita de vazamento do conteúdo das provas do Processo Seletivo Contínuo (PSC) que cancelou o certame, no dia 29 de novembro, deixou à mostra a crise de imagem e a perda de credibilidade pela qual a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) tem passado, nos últimos tempos. Como se já não bastasse o descrédito, a instituição amargou ainda, em pleno ano de contingenciamento de recursos, um prejuízo de R\$ 1,5 milhão gastos na preparação e no planejamento da execução do PSC. No total R\$ 2,5 milhões foram destinados ao certame. Mais de 66,8 mil estudantes estavam inscritos para as três fases do processo seletivo. Quando a instituição comunicou a suspensão do PSC e a realização de uma investigação pela Polícia Federal, o material já havia sido encaminhado para todas as cidades amazonenses.

Repúdio

No dia 4 de dezembro, a ADUA e a Regional Norte 1 do ANDES – Sindicato Nacional manifestaram repúdio à concessão, pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE), da Comenda Ordem do Mérito Legislativo ao Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), cuja trajetória de vida está marcada pela participação e defesa do regime da Ditadura Militar e cuja atuação parlamentar é pautada pela defesa de teses ofen-

sivas e discriminatórias aos direitos humanos.

Para as entidades - pautadas na defesa dos direitos trabalhistas, sociais e humanos e dos valores democráticos e republicanos - a homenagem, além de se constituir em uma afronta à história de luta do povo brasileiro pela liberdade, também se converte numa profunda agressão aos princípios da Democracia e do Direito, uma vez que, a entrega da insígnia proposta pelo Deputado Estadual Platiny Soares (PV-AM) ocorre no dia em que se comemora internacionalmente os 67 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

charge



Golpe no servidor

O governo federal orquestrou mais um duro golpe contra os servidores federais, no apagar das luzes de 2015. Desde o dia 1º de dezembro, os servidores afastados ou licenciados sem remuneração que desejarem manter vínculo com o Regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público (PSS) estão obrigados a recolher a cota parte da União para fins de contribuição. A Medida Provisória nº 689, de 31/08/2015 editada pela presidente Dilma Rousseff tem como fundamento a exposição de motivos de "que os órgãos ou entidades públicas restam privados de sua força de trabalho com tais afastamentos".



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Alcimar de Oliveira (Presidente), Lino João de Oliveira Neves (1º Vice-presidente), Aldair Oliveira de Andrade (2º Vice-presidente), Ana Lúcia Gomes (1ª Secretária), Antônio Batista da Silva (2º Secretário), José Humberto Michiles (1º Tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino (2ª Tesoureira).

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491), Daniel Amorim (SRTE-AM 584)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra, Divulgação e ANDES-SN

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br, imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69077-000 - Manaus-Amazonas.
Site: www.adua.org.br

PEC 395/14

Metade dos cursos de especialização da Ufam cobrou mensalidades em 2015

Foto: ANDES-SN

Alunos de quatro dos oito cursos de especialização oferecidos pela Ufam este ano tiveram de desembolsar, em média, R\$ 370,00 em mensalidades. O curso de Gestão Ambiental, o único em atividade na instituição, custa R\$ 380. Os demais cursos pagos – Contabilidade e Finanças Públicas, Fisiologia Humana e Ensino de Espanhol – foram finalizados em 2015.

O pagamento de cursos surge num momento em que estratégias privatizantes se sobrepõem ao direito da educação pública. No dia 21 de outubro, a PEC 395/14 foi aprovada em votação na Câmara dos Deputados por 318 votos a favor, 129 contra e 4 abstenções. O texto substitutivo do deputado Cléber Verde (PRB-MA) prevê a cobrança de cursos de pós-graduação (especialização, mestrado profissional e extensão) em universidades públicas.

A proposta, cuja primeira versão foi apresentada pelo deputado Alex Canziani (PTB-PR), altera o Artigo 206 da Constituição, que garante a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. “Isso é parte de uma política geral de desobrigação, por parte do estado, de financiar a educação pública superior. Apesar do argumento de que cada universidade pode cobrar ou não por esses cursos, isso representa um reflexo dos cortes nas instituições federais de ensino”, analisa Jacob Paiva, 1º secretário do ANDES-SN e um dos coordenadores do Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE) do Sindicato.

“Isso desvirtua os objetivos, os princípios e as finalidades das instituições públicas em relação à produção do conhecimento”, complementa.

Ele afirma que, nas universidades estaduais, as reitorias estabeleceram a cobrança para garantir o financiamento das instituições. “Apesar da medida, estudos revelam que os recursos obtidos com a cobrança das mensalidades não são suficientes para manter as universidades funcionando”, observa Jacob. Em 2013, cerca de 73,5% dos estudantes universitários brasileiros (5,3 milhões de pessoas) estavam matriculados em instituições privadas, de acordo com o Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério da Educação (MEC).

Jacob lembra que esse processo remonta à década de 1980, quando universidades federais e estaduais passaram a oferecer cursos de especialização pagos. “Na época, denunciávamos a criação de um movimento paralelo, caracterizado por conflitos de gestão e desrespeito às instâncias democráticas, como os conselhos de ensino e pesquisa”.



Em agosto deste ano, professores realizaram manifestação no Senado contra a PEC 395

Cursos de Especialização em andamento (2015)

N.º	CURSO	TURMA	OBSERVAÇÃO
1	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE EM ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS	01	Não cobrado
2	LINGUÍSTICA	02	Não cobrado
3	RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE: SAÚDE FUNCIONAL E INTENSIVISMO	03 e 04	Não cobrado
4	GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL	04	Valor do curso R\$ 380,00 mensal
5	RESIDÊNCIA UNIPROFISSIONAL EM SAÚDE: FISIOTERAPIA EM TERAPIA INTENSIVA NEONATAL	01	Não cobrado

Cursos de Especialização finalizados em (2015)

N.º	CURSO	TURMA	OBSERVAÇÃO
1	Contabilidade e Finanças Públicas	01	Valor do curso R\$ 380,00 mensal
2	Fisiologia Humana	01	Valor do curso R\$ 380,00 mensal*
3	Ensino de Espanhol – Língua e Literatura	01	Valor do curso R\$ 335,00 mensal*

Simulacro

Essa proposta se apresenta como um simulacro, um caminho transversal para chegar a um objetivo – a cobrança de cursos nas universidades públicas. Os cursos de especialização não devem ser dissociados da grade regular.

Como exemplo, devemos lembrar o período em que os cursos de pós-graduação *latu sensu* começaram a ser cobrados na Ufam, durante a gestão do ex-reitor Nelson Fraiji (1994-1997).

Se naquela época, os cursos representavam uma oportunidade de renda complementar ao vencimento dos professores, por outro lado, não houve retorno financeiro, nem mesmo acadêmico para a universidade.

FIM DO BÔNUS?

Mais de 300 servidores da Ufam podem deixar de receber abono-permanência

Foto: Divulgação

Instituído pela Emenda Constitucional 41/2003, o abono-permanência é um bônus concedido aos servidores que optam por continuar trabalhando, mesmo após atingir todas as condições para a aposentadoria, evitando a redução do quadro de trabalhadores. Na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), mais de 300 servidores, entre professores e técnico-administrativos, podem deixar de receber o abono-permanência, caso seja aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 139/2015, em tramitação no Congresso Nacional desde 22 de setembro deste ano.

A Proposta está sob análise da Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) da Câmara Federal. Aprovada sua admissibilidade, a PEC seguirá para o Plenário, onde precisará ser votada em dois turnos.

A PEC que extingue o bônus faz parte do pacote de arrocho do governo federal para conseguir gerar receitas a partir do corte de direitos e de investimentos sociais, transferindo mais uma vez para o trabalhador a responsabilidade no ajuste das contas públicas.

Na Ufam, 97 professores e 222 técnico-administrativos fazem jus ao abono, de acordo com dados de outubro deste ano, fornecidos pelo Departamento de Gestão de Pessoal (Dapes) da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp). Ao todo, o pagamento do bônus tem um impacto financeiro mensal de aproximadamente R\$ 300 mil, de acordo com informações obtidas com exclusividade pela reportagem da ADUA, por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), junto ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).

O abono corresponde ao valor da contribuição previdenciária mensal do servidor que o requerer, desde que tenha cumprido os requisitos para aposentadoria e opte por permanecer em atividade.

Dados Nacionais

O Poder Executivo Federal contava com aproximadamente 530 mil servidores antes da criação do abono-permanência, em 2002, segundo a Agência Senado. Em 2014 o número subiu para 705 mil. Agora, com a tentativa do governo federal de conter despesas e fazer mais cortes, a tendência é que esse número caia. Sem o abono-permanência, um dos benefícios que pesam na hora de decidir continuar na ativa, muitos trabalhadores podem solicitar a aposentadoria.

Caso do professor da Faculdade de Estudos Sociais (FES) Raimundo Nonato Pinheiro, que já



Emenda Constitucional 41/2003

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

vislumbra a possibilidade de deixar o Serviço Público Federal (SPF), no qual atua há 42 anos, 20 deles dedicados à Ufam. “Esse abono equivale ao desconto da seguridade. Se retirar, não há porque ficar. Isso é economia de palitos. É uma estratégia de tirar da Universidade e do SPF os mais antigos e experientes para depois contratar gente nova sob seu domínio”, afirmou o docente, que recebe o abono há quase 8 anos.

Para o presidente da ADUA, professor José Alcimar de Oliveira, a possibilidade de exclusão do abono-permanência somada ao congelamento do salário dos servidores federais e à flexibilização da dedicação exclusiva é um “jogo combinado” para privatizar e precarizar ainda mais a Universidade. “É abrir as portas para os contratos precários, diminuindo os percentuais e flexibilizando os contratos.

Essa mediada vai se tornar atraente para o camarada que faz da Universidade apenas um ‘bico’ e usa a instituição como um tipo de grife para chancelar seus projetos, com um ‘pé’ aqui e outro na iniciativa privada”, criticou.

À Agência Senado, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, tentou justificar a PEC. “O atual perfil e o atual quantitativo dos servidores públicos civis da União deixa de exigir estímulos especiais à permanência do servidor público civil na ativa, o que permitirá natural efeito renovador no serviço público federal”, disse. Atualmente, o governo gasta R\$ 1,2 bilhões com a concessão do abono aos servidores que permanecem na ativa. Com essa medida, o governo espera economizar mais de R\$ 7 bilhões nos próximos cinco anos.

Na avaliação do 3º tesoureiro do ANDES-SN e um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do Sindicato Nacional, Walcyr Barros, não se trata da propalada economia apontada pelo governo. “Nas Instituições Federais de Ensino (IFEs), a PEC é um ataque à autonomia e à produção de conhecimento. Somada com a medida de suspensão dos concursos públicos, a PEC aponta para um futuro crítico, em que não haverá reposição do quadro de servidores que se aposentaram por conta da medida”, disse Walcyr Barros, em reportagem publicada na página do ANDES-SN. O docente ainda cita o projeto do governo de passar a contratar docentes via Organizações Sociais (OS), como mais uma das fatias desse projeto que pode acabar com os serviços públicos.

MERA FORMALIDADE

PDI expõe interesses mercantilistas nas atividades de gestão da Ufam

Aprovado em reunião do Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), realizada no dia 23 de novembro, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016/2025 da Ufam deverá ser submetido, a cada dois anos, a novas avaliações. A iniciativa visa contemplar pautas que deixaram de ser abordadas no atual documento. Políticas de inclusão social, políticas culturais, gestão ambiental e educação indígena são alguns dos temas que já integram o planejamento das demais universidades do país, mas foram tratados de forma secundária no PDI da Ufam.

Apesar disso, a discussão foi marcada pela ênfase dada à política de inovação tecnológica. Durante a reunião, o uso reiterado de expressões como “clientes” e “resultados” – registradas no próprio PDI – chamou a atenção de alguns conselheiros.

“O que me causou impacto, no entanto, foi constatar que esses termos não foram empregados pela empresa responsável pela elaboração do estudo – no caso, a Fundação Getúlio Vargas, uma entidade com larga experiência em planejamento empresarial. Essa visão, na verdade, reflete a postura da atual administração diante dos desafios da universidade pública”, ressalta Lino João de Oliveira Neves, 1º vice-presidente da ADUA e representante do sindicato no Conselho.

Como destaca o professor, esse aspecto mercantilista já podia ser identificado na consulta pú-

“
Ao final de quase cinco horas de reunião, ficou a impressão de que o evento se resumiu a uma mera obrigação formal
”

blica que a reitoria disponibilizou no site da Ufam, no período de 01/12/2014 a 31/01/2015, e que serviu também para subsidiar a elaboração do PDI. “Tratava-se de uma pesquisa semelhante àquelas que as empresas realizam para avaliação mercadológica de um produto, com questões do tipo ‘você está satisfeito?’. É uma avaliação de dentro para fora”, exemplifica Lino João.

Ao final de quase cinco horas de reunião, ficou a impressão de que o evento se resumiu a uma mera obrigação formal. “Acho pouco provável que todos os conselheiros apreciaram o documento da maneira apropriada”, diz Lino João. O texto, com cerca de 260 páginas, foi entregue aos integrantes do Conselho apenas três dias antes da reunião.

Decisivo

A primeira discussão sobre o PDI fora marcada

para setembro deste ano. Na ocasião, o presidente da ADUA, José Alcimar de Oliveira, ressaltou o caráter decisivo do documento e sugeriu a realização de um encontro exclusivo para análise das propostas. “Ao contrário do que a importância desse plano revela, muitos conselheiros apenas cumpriram uma espécie de ritual burocrático-administrativo”, critica Lino João.

A professora e conselheira Rosa Helena Dias, representante docente pela Faculdade de Educação (Faced), observa ainda que, de acordo com as propostas apresentadas no PDI, a questão da multicampia surge como uma espécie de “entrave” ao projeto da unidade-sede. Por isso, há uma forte tendência no sentido de conferir plena autonomia aos *campi* do interior, apesar das restrições financeiras e estruturais para levar essa iniciativa adiante de forma consistente.

Com o objetivo de preencher essas lacunas, um Grupo de Trabalho ligado à ADUA elaborou uma análise não-conclusiva sobre os pontos omitidos e/ou que revelam interesses contrários ao princípio da universidade pública e de qualidade.

Os critérios de escolha dos técnicos, alunos e representante das unidades do interior que participaram da reunião é outra questão abordada no texto. “Como se chegou a tais nomes? Como se deu, de fato, a questão da representatividade, tanto no que diz respeito às categorias (...) como na questão sede e nos *campi* fora da sede?”, indaga o documento.



Reunião do Conselho Universitário (Consuni) para debater o PDI ocorreu no dia 23 de novembro

DUPLICIDADE DE CALENDÁRIO

Desmandos atrasam reposição

A postura intransigente da Administração Superior da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) de não suspender o andamento do calendário 2015/1, durante a greve docente, e permitir o início do segundo semestre, antes das reposições das aulas - fomentando assim a duplicidade de calendários dentro da universidade - vem prejudicando a retomada das atividades acadêmicas por professores e estudantes. Em cursos como Administração, Engenharia de Petróleo e Gás, Matemática e Estatística, onde professores que aderiram ao movimento paredista lecionam, a reposição das aulas vem sendo feita em dias e horários diferentes, devido a presença de professores lecionando disciplinas já do segundo semestre, para turmas que sequer concluíram o 2015/1.

Com uma turma de 74 calouros do curso de Administração, da Faculdade de Estudos Sociais (FES) aguardando reposição na disciplina Psicologia Geral I, às terças e quintas-feiras, das 9h às 11h, a professora da Faculdade de Psicologia (FAPSI), Ana Cristina Martins conta que apenas duas semanas após o dia 19 de outubro, data estipulada pela Administração Superior para o início das reposições, conseguiu iniciar as aulas. “Quando procurei a professora que estava ministrando disciplina do segundo semestre, ela disse que eu poderia iniciar a reposição do 2015/1 assim que as aulas dela encerrassem. Expliquei que havia uma nota de esclarecimento da Reitoria que, colocava o primeiro semestre como prioridade, assim como a reposição”, afirma Ana Cristina.

Com o coordenador do curso de Administração viajando e a FAPSI informada via ofício sobre o imbróglio, a docente afirma que procurou os alunos e buscou uma solução que viabilizasse o repasse do conteúdo. Informada pelos discentes sobre a existência de duas disciplinas ainda sem professor - Ciências Políticas e Economia Política - Ana Cristina conta que procurou os departamentos e, conseguiu iniciar a reposição no dia 18 de novembro, no horário que caberia à disciplina de Ciências Políticas que será ministrada apenas em 2016.

“Como a discussão no Consuni era de que o aluno não deveria ser prejudicado, essa foi a solução que eu encontrei”, conta, ressaltando que chegou a ser parabenizada pelo coordenador do curso, pela proatividade, de ter solucionado sozinho um problema que cabia à instituição resolver.

No curso de Engenharia de Petróleo e Gás, da Faculdade de Tecnologia (FT), a situação



não é diferente. Segundo a professora Maria Rosaria do Carmo, do Instituto de Ciências Exatas (ICE), que leciona a disciplina de Geologia Geral em Petróleo e Gás, às terças-feiras, de 16h às 18h, e às quintas-feiras, de 16h às 19h, ao retornar à sala de aula para o início das reposições se deparou com a informação de que o professor que ocupava a sala com disciplina de 2015/2 não abriria mão do horário. Com um total de 54 discentes dependendo da reposição da disciplina considerada pré-requisito para outra que deveria ser ministrada também às terças e quintas-feiras, das 14h às 16h, Rosaria afirma que se viu obrigada a trocar de horário para poder concluir o conteúdo.

“Como dos 54 alunos apenas dez apareceram para a reposição e Geologia Geral incluiu prática de campo, faltava apenas 15 horas para

a conclusão de conteúdo. Desta forma, achei melhor solicitar a troca de horário. E foi assim que finalizei a disciplina”, lembra.

Prevista para ser iniciada de maneira unificada, no dia 19 de outubro, a disciplina no curso de Petróleo e Gás foi retomada, de acordo com a professora, apenas no dia 27 daquele mês, após a ‘flexibilização’ do horário das aulas.

Também com problemas para dar início às reposições, a professora do ICE Amazona Pinheiro, que leciona a disciplina de Probabilidade Estatística, as segundas e quartas-feiras, das 10h às 12h, para turmas de licenciatura e bacharelado em Matemática, conta que foi surpreendida, durante suas reposições do 2015/1, com a presença de alunos.

“Quando a disciplina reiniciou só havia os estudantes de outros cursos e nenhum de Ma-

Engenharia Florestal suspende 2015/2 para janeiro

Na Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), a preocupação com o conflito de horários entre as disciplinas do 2015/2 e as reposições levou o Departamento de Ciências Florestais (DCF) a deliberar, em reunião extraordinária do departamento, pelo não início das atividades do 2015/2 até que as aulas do primeiro semestre fossem repostas. Segundo o chefe do DCF, professor Alberto Carlos Martins Pinheiro, a decisão teve o objetivo manter a unidade do departamento, mediante as dificuldades observadas pela coordenação de curso, principalmente com relação a conflitos de horários.

“O 2015/2 só começa em janeiro para os cerca de 200 alunos do curso de Engenharia Florestal, de diferentes períodos. A ampla maioria tomou essa decisão visando minimizar o prejuízo científico e social dos estudantes”, afirmou.

A suspensão do início das aulas do 2015/2 foi informada aos estudantes no dia 24 de setembro.

Mediante a decisão, o departamento solicitou à Proeg a prorrogação da entrega de documentos acadêmicos para o início do segundo semestre, previsto para começar no dia 4 de janeiro de 2016.

es na Ufam

temática. Foram 25 alunos que deixaram de frequentar. E quando eu parei de ministrar a disciplina, 18 das 30 aulas já tinham sido dadas”, afirma Amazoneida.

Ministrando ainda outras duas disciplinas antes da paralisação docente - Análise de Sobrevivência, para uma turma do curso de Estatística, composta por oito alunos, e Estatística Aplicada à Fisioterapia, com 30 alunos - Amazoneida afirma que, também teve dificuldade em repor as aulas no curso de Estatística, pois dois alunos se matricularam em disciplinas do 2015/2, ministradas no mesmo horário das reposições.

A falta de respeito com os professores e estudantes que precisam repor aulas perpassa ainda pela falta de salas de aula.

Até mesmo para o coordenador do Curso de Medicina, professor Alexandre Miralha que, se mostrou contrário à greve docente e declaradamente favorável à manutenção das aulas do primeiro semestre, o não início das aulas do 2015/2 poderia ter evitado a situação vivenciada na universidade, devido à duplicidade de calendários.

“Como é que uma instituição começa 2015/2 para uns e não para outros? Como é que pode um aluno começar certas disciplinas sem aderir a pré-requisitos? Em minha opinião, 2015/2 só deveria começar depois do término da reposição”, afirmou Miralha.

Segundo Miralha, com o descontrole dos professores que, afirmavam poder fazer o que quisessem, embasados na liminar que impediu o Consuni de suspender o calendário acadêmico, os alunos foram os mais prejudicados, mediante os problemas de matrícula e conflitos de horário, o que tornou o semestre “um grande balaio de gatos”.

Ele afirma ainda que, independente de alguns professores estarem parados e outros trabalhando, 2016/1 será iniciado de maneira unificada. “Se a gente vai precisar ficar parado para alinhar, por que não alinhar agora? Por que precisava passar por isso no 2015/2?”, destaca o professor.

Para o coordenador, a situação na Medicina prejudica o aprendizado dos alunos em disciplinas importantes, uma vez que o ambiente de estresse gerado pelas indefinições não é favorável. “Temos alunos com problemas de sofrimento psíquico. São alunos que vem de fora ou daqui mesmo e que têm a expectativa de iniciar o curso. Será que nós não poderíamos ter feito de uma forma diferente?”, desabafa.

Medicina cancela início de período para calouros

Na Faculdade de Medicina (FM), devido à duplicidade, estudantes da segunda turma de ingressos 2015 estavam tendo aulas mesmo sem condições. Para não incorrer em mais transtornos, a FM decidiu cancelar as atividades para os calouros. Os recém-ingressos só iniciarão a graduação no dia 4 de janeiro, data de início do 2015/2.

A decisão foi tomada em reunião extraordinária do Conselho Departamental (Condep) da FM com o Colegiado de Curso, no dia 11 de novembro, a pedido do diretor da unidade, professor Dirceu Benedicto Ferreira, e do coordenador de curso, professor Alexandre Miralha.

“A maioria dos professores do curso de Medicina não entrou em greve, mas tivemos docentes que aderiram à paralisação e precisariam repor as aulas antes do início do período seguinte. Além disso, a maioria das disciplinas dos períodos iniciais do curso é ofertada pelo ICB [Instituto de Ciências Biológicas], que parou quase 100% na greve”, comentou Dirceu.

O diretor disse ainda não entender a razão da Medicina ter sido incluída na lista de cursos com condições de co-

meçar o 2015/2 no dia 15 de setembro, conforme publicação na página da Ufam. “Tínhamos informações, repassadas por membros da Comissão que realizou um estudo sobre o calendário de que a Faculdade estava impossibilitada de retomar as aulas”, afirmou Dirceu.

De acordo com Dirceu, integrantes da segunda turma de ingressos no curso em 2015, formada principalmente por estudantes de outros Estados – e motivados pela informação contida no site institucional –, articularam o início das aulas, “indevidamente”, sem a anuência da coordenação, para aqueles que já estavam na cidade.

“Eles iniciaram as atividades em três das sete disciplinas ofertadas ao 1º período do curso, sem o nosso conhecimento. Estavam tendo aulas em uma disciplina oferecida pela Escola de Enfermagem, outra pelo ICE [Instituto de Ciências Exatas] e uma terceira, de Metodologia do Trabalho Científico, ministrada por uma professora substituta da FM”, disse.

Cientes dos conflitos, os alunos votaram pelo cancelamento das aulas.

Estudante de Geologia tenta reverter reprovação

A redução da qualidade do aprendizado dos discentes é apenas um dos prejuízos acarretados pelo caos da duplicidade de calendário. Como alguns professores continuaram em sala de aula durante a greve, com o aval da Administração Superior, dados indicam mais de 13 mil reprovações indevidas no 2015/1.

Aluno do 6º período do curso de Geologia, Renan Barbosa é um destes estudantes e busca reverter junto à Reitoria a reprovação que sofreu na disciplina Mineralogia de Argilas, ofertada como optativa. Renan conta que, após o docente responsável pela disciplina aderir à greve, precisou viajar e, apenas dois meses depois descobriu, por um colega, que as aulas haviam sido retomadas pelo professor.

“Ele comunicou a turma que iria entrar em greve e nós aceitamos. Dois meses depois a turma aceitou a proposta dele de retornar às atividades”, afirma.

Segundo Renan, com a disciplina pra-

ticamente concluída, a retomada precoce das aulas pode ter sido adotada pelo professor como uma forma de acelerar o encerramento da matéria.

Segundo ele, ao procurar a Reitoria, a orientação foi que o Renan abrisse um processo solicitando o ajustamento de notas, sob a alegação de prejuízo equivocadamente atribuído, pela Reitoria a greve.

“Caso não seja possível a reavaliação e reajuste das minhas notas, terei que refazer a matéria. Só não sei quando, pois depende do professor ter interesse de ofertá-la novamente”, lamentou.

Natural de Belém (PA) e morador da Casa do Estudante com direito a uma bolsa auxílio, Renan ainda precisa cumprir quatro períodos para se formar e considera a reprovação uma ameaça a sua permanência na Casa do Estudante, que tem o bom rendimento acadêmico como um dos critérios para a permanência.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Arte: Arquivo ADUA

Funpresp tem baixa adesão na Ufam

Professores recém-ingressos na Ufam e que recebem remuneração superior ao teto do INSS (R\$4.663,75, em 2015) devem ficar atentos a uma recente mudança na legislação que trata sobre previdência complementar e que impacta diretamente na vida dos novos docentes, mesmo que eles não façam opção pelos fundos de pensão. Trata-se da Lei 13.183/15, sancionada pela presidente Dilma Rousseff e publicada no dia 5 de novembro deste ano.

O dispositivo prevê a adesão automática aos planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe) e alcança todos os servidores federais ingressos a partir do dia 04 de fevereiro de 2013, quando o fundo de pensão entrou em vigor. A mudança, aprovada pelo Congresso Nacional em 8 de outubro, com a Medida Provisória 676/2015, se deu a partir de sugestão da própria instituição que administra os planos, em virtude da baixa adesão voluntária dos servidores federais, principalmente dos docentes federais.

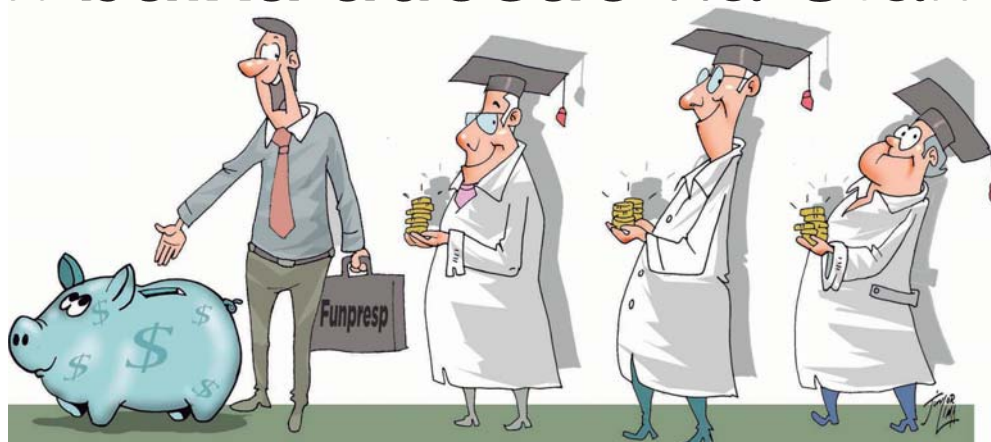
Enquanto em algumas carreiras do SPF a taxa de adesão supera a faixa de 80%, a exemplo da Controladoria-Geral da União (90,3%), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (86,9%), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (82,7%), a taxa média entre os professores federais gira em torno de 26%. Na Ufam, o índice é ainda menor (11,55%), com apenas 35 adesões, de acordo com dados da Funpresp, levantados até o dia 22 de outubro. Com a adesão automática aos planos, a Fundação espera elevar a taxa média de retenção de inscrições, atualmente em 36%.

Diga Não ao Funpresp

Se depender do ANDES-SN e de suas seções sindicais, entre elas a ADUA, essa expectativa será frustrada. O entendimento da entidade representativa da categoria é que o fundo utiliza as contribuições dos trabalhadores, que sabem quanto vão contribuir, mas desconhecem quanto vão receber no momento da aposentadoria. Por isso, as seções sindicais pretendem intensificar a campanha “Diga Não ao Funpresp-Exe”, elaborada pelo Sindicato Nacional há dois anos e que resultou na baixa adesão dos docentes ao Regime de Previdência Complementar.

Preocupados com a situação representantes dos Ministérios da Previdência, do Planejamento e da Educação (Mp, Mpo e MEC) procuraram o Sindicato Nacional para um diálogo, em setembro de 2013. Recentemente, a própria Funpresp lançou uma cartilha específica para o professor sobre os benefícios da previdência complementar.

“Para garantir um futuro mais tranquilo, sem perda de seu padrão de vida é necessário se planejar e poupar. O patrocinador – a Universidade em que o profes-



sor é vinculado – oferece a contribuição paritária até o limite de 8,5% a quem decidir por fazer sua poupança previdenciária. Essa é uma vantagem única que só é possível em um regime de previdência complementar e em uma entidade fechada como a Funpresp”, afirmou o presidente da Fundação, Ricardo Pena.

Para o ANDES-SN, a Funpresp é uma ameaça aos direitos de aposentadoria dos servidores públicos federais. “É um fundo de contribuição definida, mas de benefício indefinido. Ou seja, o dinheiro descontado do salário do servidor público é administrado por um conjunto de empresas privadas, que aplica esse dinheiro em áreas de seu interesse, sem garantia de retorno. O servidor paga, mas não sabe quanto irá receber. O mercado, com sua flutuação e instabilidade, é que definirá os ganhos do servidor na aposentadoria após anos de contribuição”, diz trecho de nota pu-

substituto da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (Feff), o docente Tarciano Siqueira solicitou o cancelamento da adesão automática do Funpresp. “Não que esteja pensando agora na minha aposentadoria, pois sei que ainda estou começando. É muito cedo. Mas, quando esse momento chegar, não quero diminuir o meu padrão de vida, ao me aposentar apenas com o teto do INSS”, afirmou Tarciano. Ele não desconsidera a possibilidade de adesão a um plano de previdência complementar, mas assinala que essa decisão deve ser voluntária, não compulsória, e que só pretende tomá-la em outro momento, quando estiver avançando na carreira docente.

Avaliação

Para a 2ª tesoureira da ADUA, professora Ana Cristina Belarmino, a adesão automática ao Funpresp é mais uma medida que desmantela a carreira dos trabalhadores no serviço público federal. “O governo federal tira de si a responsabilidade financeira com a folha de pagamento e ainda quer enxugar os gastos em cima do funcionalismo, fazendo com que os trabalhadores assumam os riscos do mercado financeiro, em um fundo de previdência complementar sem garantias”, afirmou.

Especialista em direito previdenciário há cerca de 20 anos, o advogado Gustavo Beirão afirma que o “dispositivo é flagrantemente inconstitucional, tendo em vista o caráter facultativo da previdência complementar (aliás, como o próprio nome já diz: complementar e não oficial) conforme descrito nos artigos 40, § 15, e 202, ambos da Constituição Federal”.

A assessora jurídica da seção sindical, Auxiliadora Bicharra, levanta outra preocupação. “Quem garante que o governo não vai mudar as regras em breve?”, questiona, lembrando que a atual mudança foi feita pouco mais de dois anos após este fundo de pensão iniciar as operações no país. “E esse dinheiro vai pra onde, caso as regras mudem novamente?”, emenda, alertando os docentes para que retomem o poder de decidir sobre seu próprio futuro.

A diretoria da ADUA orienta os docentes a buscarem informações junto à Assessoria Jurídica da seção sindical, cujo atendimento ocorre as quintas-feiras, das 15h às 18h, na sede da entidade, para obter esclarecimentos sobre o Funpresp, antes de decidir sobre manter ou não a adesão.

blicada na página do ANDES-SN no Facebook.

Os servidores têm até 90 dias para pedir o cancelamento de sua adesão com direito à restituição integral de suas contribuições, “a ser paga em até sessenta dias do pedido de cancelamento, corrigidas monetariamente”, conforme a Lei. A nova legislação também assegura ao participante “o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição”, mas de acordo com os termos do regulamento do plano de benefícios escolhidos.

Empossado no quadro efetivo no dia 18 de novembro de 2015, após quase dois anos como professor

MULTICAMPIA**“É preciso fazer uma expansão planejada”, afirma o 1º secretário do ANDES-SN**

Fomentada pelo governo federal, com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, a expansão do Ensino Superior no Brasil trouxe consigo um sistemático cenário de precarização às universidades públicas.

Com a meta de dobrar o número de alunos nos cursos de graduação, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais, os *campi* localizados fora dos grandes centros, como os da Ufam em Parintins, Coari, Humaitá, Benjamin Constant e Itacoatiara, sofrem com a rotatividade de docen-

tes, assistência estudantil precária e ausência de bibliotecas e laboratórios. Conhecida ainda como multicampia, a expansão por vezes irresponsável da universidade pública é o tema abordado nesta entrevista pelo mestre em Educação e 1º secretário do ANDES-SN, Jacob Paiva.

Professor:

Francisco Jacob Paiva da Silva

Formação:

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e 1º Secretário do ANDES-SN

Em que consiste na prática a multicampia e quando ela teve início no Brasil?

Uma instituição de ensino superior é multicampi quando ela se estrutura e funciona em diferentes locais de um mesmo estado, e até em estados diferentes. Poucas IFES nasceram no modelo de multicampia. Nosso país demorou a ter instituições de ensino superior. Só a partir de 1930, alguns Estados passaram a criar suas instituições de ensino superior já no modelo multicampia, como parte de projetos de desenvolvimento de algumas elites “modernizadoras”, ou para atender as demandas da comunidade ou aos interesses político-eleitorais locais.

O ANDES-SN afirma não ser contra a multicampia nas universidades, mas sim contra a forma precarizada utilizada pelo governo. Como o Sindicato vê a multicampia?

Hoje em torno de 80% das matrículas dos jovens que estudam nas instituições de ensino superior estão nas instituições particulares. O sindicato sempre defendeu a necessidade de expansão do ensino superior público para reverter essa realidade. Nesse sentido, a multicampia se apresenta como uma alternativa, quando acompanhada de um planejamento adequado. É preciso que a expansão seja planejada a partir de um projeto de sociedade definido democraticamente e que responda a necessidade de superação da desigualdade social e regional.

Em sua opinião, quais são os

desafios dessa iniciativa?

O ANDES-SN defende uma expansão do ensino superior que caminhe para a consolidação de uma universidade pública, laica, gratuita, democrática e socialmente referenciada, baseada na indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão. Primeiro precisamos saber quem gerou a demanda da expansão? Em que projeto de desenvolvimento (local, regional, nacional) se baseia essa expansão? Quem definiu o projeto e quem participou do diagnóstico? Quem definiu os tipos de cursos a serem criados? Faz-se necessário também definir o orçamento para garantir os prédios, os equipamentos, as condições didático-pedagógicas adequadas, a assistência estudantil, a política de fixação de recursos humanos (docentes e técnicos com carreira e política salarial valorizadas e plano de qualificação).

Há poucos anos foram criados na Ufam cinco unidades acadêmicas fora da capital. Que impacto isso trouxe para a instituição?

A adesão ao programa Reuni do governo Lula foi praticamente uma imposição, tudo teve que ser feito de afogadilho, inclusive a definição das áreas acadêmicas, dos cursos e de seus currículos. Da implantação dos *campi* até hoje percebemos uma diversidade de condições de trabalho, com distintos processos de precarização, rotatividade de docentes, curso com número insuficientes de docentes e técnicos, distintas condições para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e interiorização de cursos de pós-graduação. Percebe-se problemas na infra-estrutura, nos equipamentos tecnológicos, nas condições de acesso à internet, nas bibliotecas, nos laboratórios, na assistência estudantil. E tudo isso prejudicando a própria qualidade do curso oferecido.

Que desafios a multicampia traz para a

organização sindical dos docentes na perspectiva do ANDES-SN?

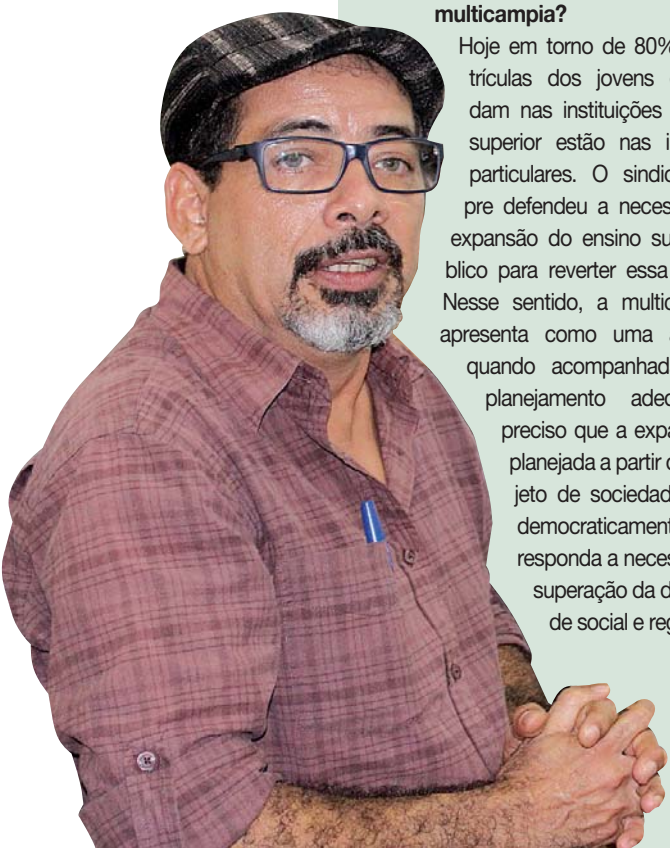
A organização do ANDES-SN historicamente se dá a partir do local de trabalho (uma dada instituição). Quando uma IES tem uma única base territorial isso fica mais fácil de ser operacionalizado. Porém, quando uma IES se estrutura na forma de multicampia, os desafios são muitos. Quando uma única seção sindical atende aos docentes de todos os *campi* de uma IES coloca-se o problema da participação da base no conjunto das atividades sindicais, sobretudo em razão das distâncias que, às vezes, são enormes entre os vários *campi*, como é o caso da Ufam.

Nesse sentido, como fica os espaços de participação e decisões diretas pela base?

Um Sindicato Nacional é diferente de uma Federação, onde ocorre uma representação delegada configurando uma participação de forma indireta. A constituição de diretorias com representações de cada *campi* coloca as dificuldades de participação de todos os diretores na dinâmica local, não apenas nas discussões e encaminhamentos de questões político-acadêmicas e administrativas, mas, inclusive, do ponto de vista financeiro. Por outro lado, se os docentes optarem por construir uma seção, ou sub-seção, com poucos sindicalizados, como garantir uma participação efetiva na dinâmica do Sindicato Nacional? O debate segue em várias IES, algumas experiências com certo êxito, outras com os mesmos problemas de quando foram criadas. Esse é um tema atual sobre o qual o ANDES-SN vem refletindo.

Um tema de suma importância diante dos ataques à educação pública e gratuita e aos direitos trabalhistas e sociais.

***Confira na íntegra no site da ADUA**



DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E
DESPESAS DE 01/07/2015 A 31/07/2015

	MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1 INGRESSOS	75.745,40	98.863,96	100,00%
1.1 RECEITAS	75.745,40	76.106,36	76,98%
1.1.1 Contribuição dos Associados	72.210,70	72.289,50	73,12%
1.1.2 Rendimento da Aplicação Financeira	3.525,30	3.810,66	3,85%
1.1.3 Receitas com Reprografia	9,40	6,20	0,01%
1.2 RESGATE DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	59.984,22	22.757,60	23,02%
1.2.1 Resgate de Aplicação n/mês	59.984,22	22.757,60	23,02%
2 SAÍDAS	77.447,42	107.946,34	100,00%
2.1 PESSOAL	14.961,69	23.784,46	22,03%
2.1.1 Salários	12.841,19	14.232,28	13,18%
2.1.2 Rescisões	-	6.787,18	6,29%
2.1.3 Vale Transportes/Alimentação	2.120,50	2.765,00	2,56%
2.2 ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	5.682,66	9.042,50	8,38%
2.2.1 Contribuição INSS	4.154,47	6.346,74	5,88%
2.2.2 Contribuição FGTS	947,30	1.430,51	1,33%
2.2.3 PIS Folha de Pagamento	118,41	178,81	0,17%
2.2.4 IRRF s/Férias e Salários	462,48	1.086,44	1,01%
2.3 SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	3.770,63	4.962,35	4,60%
2.3.1 Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.182,00	1.961,95	1,82%
2.3.2 Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	-	0,00%
2.3.3 Serviços de Limpeza/Manutenção	910,00	875,00	0,81%
2.3.4 Serviços Administrativos/Jornalista	878,63	1.915,40	1,77%
2.3.5 Serviços de Confeção de Faixas/Cartazes	-	210,00	0,19%
2.4 SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	6.557,62	10.489,62	9,72%
2.4.1 Serviços Graficos	-	3.780,00	3,50%
2.4.2 Serviços de Assessoria Juridica - PJ	4.000,00	4.000,00	3,71%
2.4.3 Serviços de Manutenção de Xerox	-	232,00	0,21%
2.4.4 Serviços de Manutenção de Home Page	221,62	221,62	0,21%
2.4.5 Serviços de Confeção de Faixas	760,00	680,00	0,63%
2.4.6 Serviços Contábeis	1.576,00	1.576,00	1,46%
2.5 CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	17.130,65	17.206,85	15,94%
2.5.1 Contribuição ao Sindicato Nacional	14.323,28	14.339,04	13,28%
2.5.2 Contribuição Sindical Conlutas	2.807,37	2.867,81	2,66%
2.6 PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	12.869,25	14.767,09	13,68%
2.6.1 Passagens Aereas/Terrestres	6.447,18	5.425,64	5,03%
2.6.2 Diárias (Transportes/Alimentação)	4.796,07	1.578,95	1,46%
2.6.3 Despesas com Hospedagens	1.626,00	7.762,50	7,19%
2.8 BENS DE CONSUMO	16.364,41	22.058,75	20,43%
2.8.1 Telefone	526,01	671,46	0,62%
2.8.2 Correios/Malotes	-	1.026,35	0,95%
2.8.3 Taxi, Fretes e Onibus	57,50	16,00	0,01%
2.8.4 Combustível	300,00	350,00	0,32%
2.8.5 Materiais de Expediente/Limpeza	185,10	10,72	0,01%
2.8.6 Cartório (Copias e Autenticações)	52,68	13,00	0,01%
2.8.7 Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	100,00	-	0,00%
2.8.8 Materiais Hidraulicos	-	31,60	0,03%
2.8.9 Despesas com Seminários	1.145,86	1.147,12	1,06%
2.8.10 Despesas com Greve	13.760,50	18.775,01	17,39%
2.8.11 Assinatura Provedor/Internet	236,76	17,49	0,02%
2.9 RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	-	5.539,30	5,13%
2.9.1 Restituições n/mês	-	5.539,30	5,13%
2.10 ENCARGOS FINANCEIROS	110,51	95,42	0,09%
2.10.1 Despesas Bancarias/Juros e Multa	28,69	18,00	0,02%
2.10.2 TRF/IOF/IRRF S/Aplicações	81,82	77,42	0,07%
QUADRO RESUMO			
SALDO ANTERIOR	277.306,08	335.588,28	
RECEITAS	135.729,62	98.863,96	
DESPESAS	(77.447,42)	(107.946,34)	
RESULTADO OPERACIONAL	335.588,28	326.505,90	
Banco do Brasil S/A C/C	-	-	
Aplicação Banco do Brasil	382.683,28	364.096,92	
CAIXA	12,70	21,84	
SALDO ATUAL DISPONIVEL	382.695,98	364.118,76	

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E
DESPESAS DE 03/08/2015 A 31/08/2015

	MES ANT.	MES ATUAL	% MÊS AT.
1 INGRESSOS	76.106,36	104.757,06	100,00%
1.1 RECEITAS	76.106,36	103.976,21	99,25%
1.1.1 Contribuição dos Associados	72.289,50	100.521,90	95,96%
1.1.2 Rendimento da Aplicação Financeira	3.810,66	3.449,21	3,29%
1.1.3 Receitas com Reprografia	6,20	5,10	0,00%
1.2 RESGATE DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	22.757,60	780,85	0,75%
1.2.1 Resgate de Aplicação n/mês	22.757,60	780,85	0,75%
2 SAÍDAS	107.946,34	82.830,77	100,00%
2.1 PESSOAL	23.784,46	14.157,72	17,09%
2.1.1 Salários	14.232,28	11.392,72	13,75%
2.1.2 Rescisões	6.787,18	-	0,00%
2.1.3 Vale Transportes/Alimentação	2.765,00	2.765,00	3,34%
2.2 ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	9.042,50	7.740,15	9,34%
2.2.1 Contribuição INSS	6.346,74	5.723,12	6,91%
2.2.2 Contribuição FGTS	1.430,51	1.177,90	1,42%
2.2.3 PIS Folha de Pagamento	178,81	147,24	0,18%
2.2.4 IRRF s/Férias e Salários	1.086,44	691,89	0,84%
2.3 SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	4.962,35	6.551,80	7,91%
2.3.1 Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.961,95	1.541,00	1,86%
2.3.2 Serviços de Limpeza/Manutenção	875,00	1.105,00	1,33%
2.3.3 Serviços Administrativos/Jornalista	1.915,40	3.830,80	4,62%
2.3.4 Serviços de Confeção de Faixas/Cartazes	210,00	75,00	0,09%
2.4 SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	10.489,62	9.097,62	10,98%
2.4.1 Serviços Graficos	3.780,00	-	0,00%
2.4.2 Serviços de Assessoria Juridica - PJ	4.000,00	4.000,00	4,83%
2.4.3 Serviços de Manutenção de Xerox	232,00	-	0,00%
2.4.4 Serviços de Manutenção de Ar Condicionado	-	3.300,00	3,98%
2.4.5 Serviços de Manutenção de Home Page	221,62	221,62	0,27%
2.4.6 Serviços de Confeção de Faixas	680,00	-	0,00%
2.4.7 Serviços Contábeis	1.576,00	1.576,00	1,90%
2.5 CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	17.206,85	20.151,88	24,33%
2.5.1 Contribuição ao Sindicato Nacional	14.339,04	14.672,56	17,71%
2.5.2 Contribuição Comando Nacional de Mobilização	-	1.371,00	1,66%
2.5.3 Contribuição Fundo de Solidariedade	-	1.173,80	1,42%
2.5.4 Contribuição Sindical Conlutas	2.867,81	2.934,52	3,54%
2.6 PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	14.767,09	3.809,00	4,60%
2.6.1 Passagens Aereas/Terrestres	5.425,64	-	0,00%
2.6.2 Diárias (Transportes/Alimentação)	1.578,95	1.950,00	2,35%
2.6.3 Despesas com Hospedagens	7.762,50	1.859,00	2,24%
2.8 BENS DE CONSUMO	22.058,75	19.644,36	23,72%
2.8.1 Telefone	671,46	855,83	1,03%
2.8.2 Correios/Malotes	1.026,35	-	0,00%
2.8.3 Taxi, Fretes e Onibus	16,00	83,00	0,10%
2.8.4 Combustível	350,00	450,00	0,54%
2.8.5 Materiais de Expediente/Limpeza	10,72	377,03	0,46%
2.8.6 Cartório (Copias e Autenticações)	13,00	83,00	0,10%
2.8.7 Cartuchos e Toner de Tinta	-	298,00	0,36%
2.8.8 Materiais Hidraulicos	31,60	271,48	0,33%
2.8.9 Despesas com Seminários	1.147,12	-	0,00%
2.8.10 Despesas com Greve	18.775,01	16.596,82	20,04%
2.8.11 Despesas com Floricultura	-	500,00	0,60%
2.8.12 Assinatura Provedor/Internet	17,49	129,20	0,16%
2.7 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	-	1.299,00	1,57%
2.7.1 Aquis.de 01 Ar Split VG 18.000 Btu's	-	1.299,00	1,57%
2.9 RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	5.539,30	357,90	0,43%
2.9.1 Restituições n/mês	5.539,30	357,90	0,43%
2.10 ENCARGOS FINANCEIROS	95,42	21,34	0,03%
2.10.1 Despesas Bancarias/Juros e Multa	18,00	18,31	0,02%
2.10.2 TRF/IOF/IRRF S/Aplicações	77,42	3,03	0,00%
QUADRO RESUMO			
SALDO ANTERIOR	326.505,90	317.423,52	
RECEITAS	98.863,96	104.757,06	
DESPESAS	(107.946,34)	(82.830,77)	
RESULTADO OPERACIONAL	317.423,52	339.349,81	
Banco do Brasil S/A C/C	-	10.965,11	
Aplicação Banco do Brasil	364.096,92	366.762,25	
CAIXA	21,84	20,46	
SALDO ATUAL DISPONIVEL	364.118,76	377.747,82	

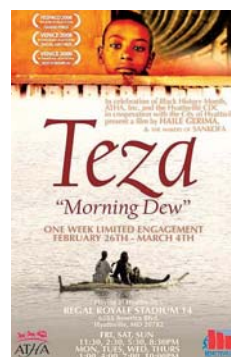
Cine & Vídeo Tarumã

Filmes são exibidos em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra na Ufam

Em alusão ao Dia da Consciência Negra, lembrado no dia 20 de novembro, o Cine & Vídeo Tarumã promoveu a “Semana da Consciência Negra”, entre os dias 16 e 19 de novembro. As sessões realizadas pelo projeto como uma atividade de extensão do Departamento de Comunicação Social da Ufam buscaram propor uma reflexão, através dos filmes Selma, Teza e Quanto vale ou é por quilo?, contra a opressão, desigualdade e discriminação que negros e negras sofrem todos os dias.

O filme Selma, da diretora Ava DuVernay foi escolhido para a abrir a “Semana”. A obra consiste numa cinebiografia do pastor protestante e ativista social Martin Luther King Jr. (David Oyelowo), que acompanha as históricas marchas realizadas por ele e manifestantes pacifistas em 1965, entre a cidade de Selma, no interior do Alabama, até a capital do estado, Montgomery, em busca de direitos eleitorais iguais para a comunidade afro-americana. Selma foi indicado ao Oscar de Melhor Filme.

No dia 18, foi a vez do filme Teza, do diretor Haïlé



Gérima. O filme retrata a história do intelectual Anberber que após vários anos estudando medicina, na Alemanha, volta para a Etiópia apenas para encontrar o país de sua juventude em guerra. Seu sonho de usar o que aprendeu para melhorar a saúde dos etíopes, porém, é esmagado pela junta militar que usa os cientistas para seus próprios objetivos políticos.

Fechando a programação, no dia 19, foi exibido o filme Quanto vale ou é por quilo?, do diretor Sér-

gio Bianchi que, faz uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, que forma uma solidariedade de fachada. No século XVII, época da escravidão explícita, um capitão-do-mato captura uma escrava fugitiva, que es-

tava grávida. Após entregá-la ao seu dono e receber sua recompensa, a escrava aborta o filho. Esta prática tinha por objetivo o lucro. Nos dias atuais, o chamado Terceiro Setor explora a miséria, preenchendo a ausência do Estado, em atividades assistenciais que, na verdade, também são fontes de lucro. As sessões do Cine & Vídeo Tarumã acontecem sempre às 12:30h, no Auditório Rio Negro, do Instituto de Ciências Humanas e Letras..

Vale a pena ver



Título Original: Deephan - O refúgio
Gênero: Drama policial
Pais de Origem: França
Ano: 2015

O filme francês Deephan - O refúgio, ganhador da Palma de Ouro, em 2015, no Festival de Cannes, não é um filme excepcional embora original, digno – diria obrigatório - de assistir, neste momento em que acompanhamos, com pasmo, o horror do terrorismo que vai se generalizando sob as suas mais diversas formas, e o espetáculo dantesco dos refugiados rejeitados vindos de países devastados pelas guerras criadas por governos ocidentais. Deephan foi recebido cercado de polêmica pela crítica de Paris, meses atrás, embora a mídia tenha recomendado o filme de Jacques Audiard, cineasta de 63 anos, ex – roteirista, montador de cinema e detentor de vários prêmios Cesar, o maior troféu do cinema francês: “Este seu sétimo longa metragem é audacioso e possui todas as qualidades para ganhar a atenção do público,” comentaram os jornais.

Sem dúvida. No Brasil, Deephan estreou sem grande alarde. Abriu espaço para uma enxurrada de babaquices cinematográficas como Grace, princesa de Mônaco e mediocridades. Filmes as-

semelhados às telenovelas no objetivo de hipnotizar e descerebrar as sociedades – ou o chamado ‘grande público’, como gosta a crítica de cinema.

O filme, sobre a imigração ilegal e o asilo político, narra a fuga de três pessoas dos horrores da violentíssima guerra civil - guerrilha marxista contra governo -, no seu país, atual Sri Lanka, antigo Ceilão. Um guerrilheiro deserta do conflito e se torna um dos milhões de imigrantes sem passaporte. Imagens pungentes que o ‘grande público’ vai se acostumando a ver, todas as noites na tela do seu conforto, à medida que o tempo passa e os horrores se sucedem, cada vez mais se comovendo menos.

Estas pessoas são o tigre tâmil (aguerida minoria étnica da ilha) chamado Deephan, que abandona a guerrilha dos tigres tâmeis depois de ter a família dizimada pelo exército do governo; outra, uma jovem desesperada, praticamente em estado de choque, Yalini. A terceira, a pequena Ilayaal, de nove anos, órfã de pais mortos nas batalhas. Os três, desconhecidos uns dos outros, se fazem passar por uma família de modo a ter direito ao passaporte de refugiados que garantirá a entrada na França.

Na maior parte da sua narrativa, Deephan é um filme realista com forte engajamento social; espécie de documentário com entradas da ficção.

Léa Maria Aarão Reis é jornalista. Leia o texto na íntegra no site da Carta Maior (<http://cartamaior.com.br>)

Vale a pena ler



Livro: História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo
Editora: Boitempo Editorial
Autor: José Luís Fiori
Nº de Páginas: 280
Valor: R\$ 58,00

O livro, “História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo”, do cientista político José Luís Fiori, cai como uma luva no meio da crise política e econômica vivida pela sociedade brasileira, nesta segunda década do século XXI. Mais do que isto, o livro de Fiori: reanima o mundo das ideias e da esquerda brasileira numa época em que esta se encontra tomada por um verdadeiro marasmo intelectual, combatida pelo estadismo tímido do seu principal representante no poder e amedrontada pelo ressurgimento do fascismo.

Mas Fiori é hoje muito mais do que um representante da intelectualidade brasileira de esquerda. Digo isso porque acredito que o pensador gaúcho desenvolveu nas últimas duas décadas – e nesse sentido História, Estratégia e Desenvolvimento é apenas a fotografia atual de uma pesquisa em curso que remonta à década de 1980 – uma verdadeira teoria da história, mesmo que o próprio Fiori,

sempre comedido e desprezioso, se recuse em concordar.

Já peço perdão antecipado aos historiadores e filósofos da ciência pelo uso livre da expressão “teoria da história”. Com ela queremos dizer que Fiori – na veia de mestres como Marx, Weber, Tocqueville e, mais recentemente, Wallerstein e Michael Mann – desenvolveu uma meta-narrativa própria para a interpretação da história. Uma meta-narrativa é, literalmente, uma narrativa contida além da própria narrativa que a originou. A teoria marxista da luta de classes, por exemplo, foi escrita com base em observações das disputas políticas pelo excedente socioeconômico produzido pelas sociedades industriais nonocentistas, disputas estas em que figuravam duas classes centrais: a burguesia e o proletariado. Mas a narrativa da luta de classes foi estendida aos séculos precedentes porque, como diz um amigo meu, não se explica o século XIX a partir do século XIX. Isto é, se quisermos fazer mais do que análise de conjuntura – novamente, sem desmerecer a análise de conjuntura – precisamos identificar padrões e recorrências que nos possam ser úteis para explicar e descortinar o maior número possível de processos históricos.

Tiago Nasser Appel é doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Leia o artigo na íntegra no site da Carta Maior (<http://cartamaior.com.br>)

Dicas da web

British Museum disponibiliza obras de arte na internet

Milhares de objetos de coleções com valor incalculável do British Museum podem agora ser apreciados pela internet (<https://www.google.com/culturalinstitute/collection/the-british-museum>) graças a uma associação com o Google, que também permite os usuários dar um passeio virtual pelas galerias do museu.

As peças que podem ser observadas incluem a famosa pedra Rosetta, que ajudou na compreensão dos hieróglifos do Egito, e as esculturas do Partenon de Atenas.

Os mínimos detalhes dos objetos



podem ser observados, devido uma tecnologia de alta definição.

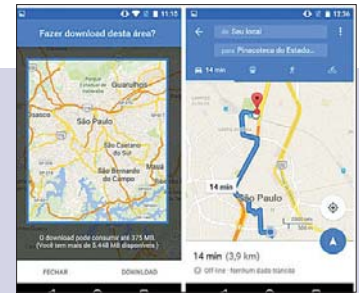
O passeio virtual pelo museu tem como objetivo tornar a coleção acessível, explorável e agradável não apenas para aqueles que visitam fisicamente o espaço, mas a todos com um computador ou um dispositivo móvel à mão.

As coleções constituem o maior espaço fechado capturado pelo Street View.

Aplicativo permite acessar mapas offline

O Google deve anunciar em breve a versão offline de seu aplicativo de mapas para Android. Com a nova função, o usuário poderá usar o mapa mesmo com uma conexão intermitente ou fraca à internet ou no caso em que seu plano de dados tenha se esgotado no mês.

Com o dispositivo offline, o usuário, sem precisar estar conectado, pode usufruir de instruções passo-a-passo e com voz para deslocamentos de carro; buscar por um destino específico, como, por exemplo, hospitais, hotéis e restaurantes; e acessar dados de



estabelecimentos, tais como horários de funcionamento, contato e avaliação, entre outros.

A nova versão já com funcionalidade offline já está disponível na loja online para os usuários.

Para ter acesso a novidade, o usuário pode pesquisar no app um local e fazer download dos dados da localidade. Mapas de até 2,5GB podem ser baixados e os downloads são válidos no aparelho durante 30 dias, prazo que poderá ser renovado caso o usuário faça a atualização do mapa.

Boas Lições

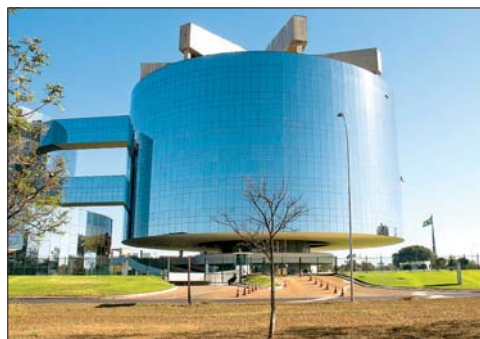
Procuradoria recomenda 'mais transparência' em concursos para professores universitários

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão (Direitos Sociais e Atos Administrativos em geral), encaminhou recomendação ao Ministério da Educação (MEC), no final do ano passado, para dar mais transparência aos concursos e processos seletivos para o cargo de professor em universidades federais. No documento, o MPF sugere que o MEC mantenha em sua página na internet ícone atualizado com as informações relativas a todos os concursos públicos e processos seletivos para o cargo de professor de todas as universidades federais.

A informação foi divulgada na página do MPF na internet no dia 9 de novembro de 2015.

De acordo com a coordenadora da 1ª Câmara, vice-procuradora da República Ela Wiecko, o objetivo da recomendação é garantir que o maior número possível de interessados possa se inscrever nos concursos públicos, respeitando assim os princípios constitucionais da publicidade e da impessoalidade.

Neste sentido, a medida contribui para dar mais transparência e aperfeiçoamento da concorrência nos processos seletivos, avalia Wiecko. O MPF recomenda ainda que o MEC expeça instrumento normativo determinando que as universidades fe-



derais informem o Ministério sobre a abertura de todo concurso público para provimento de cargo de professor, encaminhando o edital para que a informação seja atualizada no portal da Pasta.

As universidades também terão de incluir em suas páginas na internet ícone denominado 'concursos públicos para provimento de cargos de professor', no qual deverão ser inseridas informações atualizadas sobre todos os concursos públicos que vierem a ser abertos, juntamente com os respectivos editais. E para garantir o amplo acesso às inscrições, as universidades deverão viabilizar, ainda, as inscrições para os próximos concursos por meio da internet, sem a necessidade de comparecimento presencial do candidato.

Comentários



Andrea Costa Falta muito pro Brasil ser um lugar digno!



(Sobre a insistência do governo federal

e do Congresso em diminuir o orçamento da educação pública e aumentar a presença da iniciativa privada nas universidades)

Fabiane Maia Garcia Estudantes dando aula de luta (sobre a ocupação de mais de 60 escolas em São Paulo)



Rosa Silva Por um Consuni combativo! Por uma Ufam compromissada com a construção de



conhecimentos que libertem e que contribuam com transformação social! (sobre as eleições para o Consuni)